

FORMAÇÃO NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO: AÇÕES FORMATIVAS E A PERCEPÇÃO DOS SEM-TETO SOBRE A TRAJETÓRIA DE LUTA

Paulo Henrique Alves dos Santos¹

Resumo: Este trabalho examina as ações formativas do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) buscando relacioná-las às intenções do setor de formação político-educativo do movimento. Para tanto, mobiliza contribuições advindas da Educação Popular e dos estudos sociológicos e educativos sobre movimentos sociais. A abordagem metodológica é de caráter qualitativo e o corpus advém de entrevistas semiestruturadas realizadas entre outubro de 2015 e fevereiro 2016, com integrantes de uma ocupação urbana, na região da zona leste de São Paulo. Os resultados apontam para o potencial formativo das ações cotidianas que propiciam condições aos participantes perceberem-se como membros de um coletivo que compartilham de um objetivo comum, transformando a si mesmos e a realidade ao seu redor.

Palavras-chave: Educação popular. Movimentos sociais. Movimentos urbanos. Movimento dos Trabalhadores Sem Teto.

Introdução

O tema deste trabalho reside nas relações entre movimentos sociais, especificamente o MTST, e processos formativos, como aqueles engendrados no âmbito da educação popular. Segundo a literatura, nas práticas compartilhadas e ações cotidianas, os integrantes desses movimentos realizam aprendizagens múltiplas e de modo articulado; realizam diagnósticos sobre problemas que afetam suas vidas e a vida em sociedade; constroem ações de resistência, negociam, produzem projetos de superação, mudança e programas de intervenção; constituem coletivos para agir em torno de um projeto compartilhado: “aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo particular de ação de um grupo ativo” (GOHN, 2011, p. 336).

¹Aluno do Programa de Pós-graduação em Educação da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo- UNIFESP, campus Guarulhos, SP- Brasil. E-mail: paulo.henriquesantos@live.com. Esse trabalho se vincula ao Eixo Temático 5: Educação em espaços não escolares.



Os trabalhos de Gohn (2000; 2011; 2012; 2013), Arroyo (2003), Caldart (2000; 2006) e Kohara (2016); Paludo et. al (2016) versam sobre a importância que a educação possui no seio dos movimentos sociais. Nos trabalhos desses autores, aspectos vinculados à relação entre a participação em organizações populares e em práticas formativas são sempre destacados. Vale destacar que os processos formativos desenvolvidos no interior dos movimentos sociais aparecem com bastante importância em muitas produções no campo das Ciências Sociais e da Educação. Todavia mobilizamos àqueles que se vinculam à educação popular, cujos fundamentos parecem mais adequados ao objeto aqui observado. E, especialmente, porque elementos importantes como a formação, organização interna e mobilização política encontram-se no interior das práticas do MTST (SANTOS; GOULART, 2016). Ademais, julgamos ser importante levar em conta o processo de reorganização das práticas e do repertório dos movimentos sociais e o quanto os princípios e práticas da educação popular contribuem neste sentido (CARRILLO, 2013).

Nessa perspectiva, aprofundar o estudo sobre o caráter formativo das ações coletivas do MTST e o modo como os sem-teto aprendem, contribui para a percepção do papel da educação como elemento capaz de gerar novas perspectivas e esperanças na vida de homens e mulheres, outrora relegados a “cartas fora do jogo”. Para tanto, parece-nos relevante situar quais os elementos que integram as origens e reivindicações do movimento a ser estudado e como as práticas educativas, construídas em outras bases, sustentam esse projeto.

O texto está dividido em quatro partes. Na primeira, indicamos os métodos empregados e o corpus de análise, no tópico dedicado aos *Procedimentos metodológicos*. Na segunda, tratamos do surgimento do MTST evidenciando alguns aspectos da sua origem e projeto político-social no tópico: *MTST: surgimento e sua plataforma de luta*. Posteriormente, na seção, *Aprendendo na luta*, discutimos alguns aspectos relativos à formação na ação, identificando os elementos da educação popular que colaboram para criação, interpretação, construção de novas identidades coletivas, projetos e utopias. Por fim, no quarto tópico, intitulado *O MTST e os atores de sua luta* analisamos os dados coletados, de um lado, caracterizando as ações formativas que pudemos observar e, de outro, sistematizando as percepções dos integrantes sobre os efeitos dessas ações. Finalizamos, com algumas considerações e perspectivas para pesquisas futuras.

Procedimentos metodológicos

Por se tratar de um movimento social dinâmico e ter como campo uma ocupação, adotamos instrumentos que implicam a imersão no cotidiano por meio da observação participante e de entrevistas semiestruturadas. O campo compreendeu doze meses, de junho de 2015 até junho de 2016 e a imersão desenvolveu-se desde o dia que se iniciou a ocupação até o momento em que a vitória dos sem-teto começou a ser concretizada. A imersão abarcou visitas à ocupação, participação em atos e a realização de uma oficina de escrita junto aos sem-teto.

A nossa imersão ao campo balizou-se por orientações metodológicas que não pressupunham abstrações teóricas e, por isso, entendemos que se mostrou de extrema importância a curiosidade do pesquisador para o rompimento entre o referencial teórico responsável por referenciar a pesquisa e os dados empíricos isso se alia a postura sugerida por Malinowski:

Não é suficiente, todavia, que o etnógrafo coloque suas redes no local certo e fique à espera de que a caça caia nelas. Ele precisa ser um caçador ativo e atento, atraindo a caça, seguindo-a cautelosamente até a toca de mais difícil acesso. Isso exige o emprego de métodos mais eficazes na procura de fatos etnográficos (MALINOWSKI, 1984, p. 22).

A “caça” dos fatos etnográficos através das ferramentas escolhidas por nós foi alinhada a um trabalho reflexivo como pesquisador, as contribuições de C. Wright Mills de fato mostraram que diante dos materiais obtidos através do trabalho etnográfico, o papel do pesquisador é exercitar aquilo que ele chama de *imaginação sociológica*, sendo assim:

A imaginação sociológica capacita seu possuidor a compreender o cenário histórico mais amplo, em termos de significado para a vida íntima e para carreira exterior de numerosos indivíduos. Permite-lhe levar em conta como os indivíduos na agitação de sua experiência diária (MILLS, 1982, p. 11).

As entrevistas semiestruturadas foram dirigidas a acampados e membros do setor de formação do MTST, totalizando seis pessoas, três mulheres (duas do setor de formação) e três homens (um do setor de formação). O critério para escolha dos entrevistados foi, além da participação em alguma atividade formativa organizada pelo movimento, desempenhar o papel de liderança ativa dentro da ocupação.

Nesse sentido, os dados coletados compõem as partes de um todo, por vezes fracionado e difuso, que ganham corpo e “sentido” quando elucidados através da análise, problematização, questionamento, crítica e raciocínio pela via da imaginação do analista social.

MTST: surgimento e sua plataforma de luta

Identificar o nascimento do MTST não é algo simples, pois, como é comum nos movimentos sociais em geral, não há uma data de sua fundação, sim um processo de constituição em que suas premissas e características vão sendo paulatinamente lapidadas. Sua origem está relacionada tanto às lutas no campo dos anos 1990, da aproximação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) às lutas urbanas (GOULART, 2011), como a uma tradição de movimentos sociais urbanos no Brasil.

Essa aproximação ocorreu a partir da Marcha Nacional pela Reforma Agrária, em 1997, quando o MST dirigiu alguns militantes para as cidades, onde já existiam movimentos organizados, com vistas a uma possível articulação de suas lutas. Tal vínculo é reconhecido pelos próprios militantes do MTST como um germe da criação deste movimento (GOULART, 2011). Porém, a eleição de Luís Inácio Lula da Silva para a Presidência da República provocou o distanciamento entre os dois movimentos devido, de um lado, à proximidade do movimento rural com o governo recém-eleito e, de outro, à necessidade de o MTST tomar um rumo próprio frente as suas ações e de adequar formas de luta à realidade urbana (GOULART, 2011). As diferenças com o projeto representado pelo grupo de Lula da Silva são destacadas desde as primeiras ações do movimento.

O MTST surge com características comuns à inúmeras lutas e movimentos sociais nascidos ao longo dos anos 1990, mobilizando-se numa plataforma de negação ao Estado e suas políticas neoliberais, adotadas largamente na América Latina após os anos de ditaduras militares. Priorizando a organização das populações empobrecidas das grandes metrópoles brasileiras, os acampamentos levantados pelo movimento cuja vivência cotidiana servia como teto e espaço de organização popular. Esses elementos, por sua vez, aparecem como princípios organizativos presentes em diversos documentos internos do movimento:

A luta contra o capital e o Estado que representa os interesses capitalistas. Sabemos que na atual forma de organização social não há espaço para a realização dos interesses da maioria, os trabalhadores. Tudo é transformado em mercadoria, inclusive nós próprios e nossos direitos. Apenas uma minoria tem acesso a condições dignas de vida. E o Estado atende exatamente a esta minoria. Por isso nossa luta é muito mais ampla do que a conquista de um pedaço de terra. Mas é preciso um intenso e longo acúmulo de forças para atingirmos nossos objetivos principais. Todas nossas ações devem estar voltadas para fortalecer nosso caminho rumo a estes objetivos. Isso significa ampliar nossa referência nas periferias urbanas, nosso número de militantes, nossas conquistas, nossa capacidade de mobilização, dentre muitos outros fatores. (MTST, s/d, p. 03).



Colocando-se como uma organização popular que em relação ao Estado mantém grande autonomia, o MTST surge guardando muitas diferenças com os movimentos de luta por moradia nascidos nas décadas de 1970 e 1980 que tiveram papel importante na organização popular daquele período que tem como um dos grandes marcos a construção e fundação do Partido dos Trabalhadores.

A eleição de Lula da Silva à presidência influenciou de maneira decisiva o processo de reorganização das bases dos movimentos sindicais e sociais², quando surgiram novas centrais de representação sindical³, alternativas à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e um afastamento de parte dos movimentos sociais em relação à Central de Movimentos Populares (CMP). Ademais, ocorre o crescimento da participação dos sem-teto nas lutas sociais⁴ desenvolvidas nas duas primeiras gestões petistas. Ainda que ações realizadas pelo Ministério das Cidades visassem uma participação mais efetiva dos movimentos de moradia nas discussões sobre as metrópoles brasileiras, poucos avanços práticos na política de reforma urbana.

O MTST se coloca como um movimento de luta “pela reforma urbana” (MTST, p. 4, s/d), e, não apenas por moradia, mote capaz de organizar as demandas do movimento, e que se articula à proposição de uma nova constituição de cidade, como um projeto de poder popular (Idem), e, portanto, enfrentando uma perspectiva neoliberal de organização e exploração do território urbano. Todavia, a adesão do movimento ao Programa Minha Casa Minha Vida, na sua modalidade Entidades⁵ (MCMV-E) revela uma mudança do MTST no que tange a sua relação com esfera institucional de poder, colocando-se como Entidade Organizadora no programa. Outro aspecto importante relativo ao programa lançado em 2009, diz respeito ao seu caráter, pois a iniciativa se estabelece muito mais como uma medida econômica anticíclica adotada pela gestão petista, visando dar respostas às construtoras brasileiras por conta da crise econômica de 2008, do que necessariamente uma política de moradia popular e efetivação da reforma urbana (GUERREIRO, 2019). Seu lançamento impactou diretamente nas lutas por

²Cf. Goulart, 2011.

³É o caso da CONLUTAS - Coordenação Nacional de Lutas Sociais criada em 2004 e da Intersindical - Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora criada em 2006. Ambas são resultado do descontentamento de setores sindicais com o atrelamento da CUT com o governo petista e do abandono de um conjunto de pautas construídas ao longo dos anos 1980 e 1990.

⁴Cf. Souza, 2011.

⁵Modalidade do Minha Casa Minha Vida destinada a população de baixa renda, faixa 1 do programa, de cidades com mais de 50 mil habitantes e operacionalizada por entidades, sendo o financiamento concedido diretamente aos beneficiários (Pessoa Física) ou à Entidade Organizadora (Pessoa Jurídica), os recursos oriundos do Orçamento Geral da União.

moradia, alterando as relações entre os movimentos de moradia com o Estado e impactando também nas bases das organizações.

Aprendendo na luta

Dada a relevância da questão urbana e do papel de destaque adquirido pelas reivindicações por acesso à moradia e melhorias na forma de se viver na cidade, surgem diversos questionamentos quanto à forma organizativa dos movimentos de luta por teto, o MTST é alvo de diversas investigações, havendo uma série de estudos sobre como se relacionam e formam seus integrantes⁶. Dentre os temas decorrentes, o potencial formativo⁷ da luta pelo acesso à moradia está presente com certa relevância, somando-se a busca pela transformação da organização da vida no meio urbano (KOHARA, 2016), e, por meio, principalmente, de práticas coletivas do MTST (SANTOS e GOULART, 2016). Pressupomos a partir de Gohn (2011; 2012), que esse potencial formativo caracteriza-se primeiro pelo caráter não formal desse processo. Segundo que os processos de socialização política transformam seus participantes. Terceiro, que estes, por meio da participação tendem a modificar sua visão de mundo (objeto este carente de investigação), sobre as relações sociais e sobre si mesmos, por meio do diagnóstico de problemas sociais, da projeção de outras formas de sociedade, contestando as estruturas estabelecidas e sua própria individualidade.

A relação entre movimentos sociais e educação se mostra bastante fundamentada na história, todavia, explorada de maneira menos recorrente dentro dos estudos sobre educação (ARROYO, 2003; GOHN, 2011). Trazer esse debate à tona é de grande valia, pois se vincula fortemente à produção de novas perspectivas tanto para o campo de estudos das ciências humanas, neste caso, da educação, como para os próprios movimentos sociais.

Nesse sentido, parece-nos importante mobilizar a perspectiva crítica da educação popular (CARRILLO, 2013), já que se busca aproximar as práticas dos movimentos sociais das possibilidades de transformação, e, por meio da ação coletiva, construir novos saberes e modos

⁶Do levantamento feito no banco de teses e dissertações da CAPES, consta o total de 43 trabalhos relativos ao MTST, todavia, por conta da temática e os limites do trabalho aqui proposto, citamos apenas as seguintes: SOUZA, 2017; DE MELO MARTINS, 2016; LORENA, 2012; LIMA, 2004; OLIVEIRA, 2018; LIMA, 2017; ALMEIDA, 2017; GIAQUINTO, 2016; VIEIRA, 2017; MARTINS, 2015; CIRIACO, 2018; MAIA 2014; RODRIGUES, 2002; CASSAB, 2004; HIRATA, 2010; OLIVEIRA, 2010; SILVA, 2014; BOULOS, 2016; GOULART, 2011.

⁷Entendemos como formativo as práticas desenvolvidas pelos integrantes do MTST, sejam aquelas guiadas pelo setor de formação política ou de outros setores da organização dos sem-teto. Portanto, o pensar como fazer, ou seja, a Pedagogia não nos interessa nesse trabalho e sim as ações desenvolvidas pelos sujeitos.

de participação social. A ruptura com o medo da liberdade, como proposto por Freire (2011), é capaz de desencadear outro olhar do sujeito agente da transformação. Gadotti, com base em Freire, descreve o processo de ruptura da seguinte forma:

Nossa tarefa, nossa dignidade, nossa liberdade surgem quando, rompendo com o papel de espectador submisso, resignado, quando, abandonado o estatuto de objeto modelado pelos conformismos do momento, tomamos a decisão sempre inconfortável de fazer face e de nos situar (GADOTTI, 2008).

O processo deliberado pelo sujeito de contestação, inconformismo, incômodo é parte de um movimento de radicalização presente ao longo da obra de Paulo Freire e que por sua vez tem um papel importante na criação e na libertação do sujeito que a opera (FREIRE, 2005; 2011). É evidente que o ser humano inconformado é como um rio que corre violentamente, ele não para, está sempre em transformação e enchendo de vida seu curso, diferente da água parada e imóvel.

Maria da Glória Gohn pontua a importância do papel da educação dentro dos movimentos sociais, pois ela é elemento central na constituição de um cidadão coletivo, segundo a própria autora

A educação ocupa lugar central na acepção coletiva da cidadania. Isso porque ela se constrói no processo de luta que é, em si, próprio um movimento educativo. A cidadania não se constrói por decretos ou intervenções externas, programas ou agentes pré-configurados. Ela se constrói como um processo interno, no interior da prática social em curso, como fruto do acúmulo das experiências engendradas. A cidadania coletiva é constituidora de novos sujeitos históricos: as massas urbanas espoliadas e as camadas médias expropriadas. A cidadania coletiva se constrói no cotidiano através do processo de identidade político-cultural que as lutas geram (GOHN, 2012, p.21).

Gohn propõe uma perspectiva na qual a educação popular se apresenta como uma possibilidade de produção do conhecimento fora das estruturas institucionais (GOHN, 2011, p. 12), sendo assim, elementos para além daqueles consagrados pela educação formal são desenvolvidos e formulados nesses espaços externos aos muros da escola. Podemos identificar, com isso, diversas potencialidades construídas pelas formulações freireanas que contribuem efetivamente no fazer dos movimentos sociais.

O paradigma da educação popular dos anos 1970 e 1980 foi parte de um conjunto de ideias que cresceram a partir dos anos 1950 com os Movimentos de educação de Base e Cultura Popular (GOHN, 2013, p. 33), tendo alguns pontos como centrais na construção do paradigma:

A valorização da cultura popular, a centralidade atribuída ao diálogo, à ética e à democracia no processo de construção de relações sociais mais justas; a

necessidade de ter como referência constante, ao longo de qualquer processo pedagógico ou de mudança social, a realidade de vida dos educandos e forma como eles encaram esta realidade— a relação entre conhecimento e politização, entre educação e movimentos sociais; o estímulo à participação dos educandos em todas as fases do processo educativo; a atenção ao pequeno, ao miúdo, ao cotidiano; a tentativa de fazer com que o ensino seja também pesquisa, uma investigação curiosa sobre a realidade (CEDI- Centro Ecumênico de Documentação e Informação, n. 272, 1993 *apud* GOHN, 2013, p.34).

Os pontos paradigmáticos da educação popular nos revelam aspectos de assaz importância atribuídos à perspectiva freiriana, principalmente no que diz respeito ao potencial radicalizador dos questionamentos à ordem vigente (GADOTTI, 2008; FREIRE, 2005; 2011). O sujeito questionador das condições dadas pela estrutura social é capaz de se emancipar e deixar a posição de indiferença diante da realidade apresentada. Trata-se, portanto, de reconhecer sua desumanização e como ela interfere em sua constituição como ser humano. Esse reconhecimento, aliado à possibilidade de superação, faz parte de um processo de reeducação da cultura política, que, por sua vez, “tem tido um papel pedagógico relevante [n]os movimentos sociais, tão diversos e persistentes na América Latina” (ARROYO, 2003, p. 30).

É possível identificar, com isso, a centralidade do sujeito no fazer pedagógico presente nas organizações populares, pois desviam seu foco para os sujeitos, isto é para aqueles que fazem a luta à caminho da conquista de seus objetivos. Daí o papel pedagógico interno aos movimentos sociais, fazer entrar em cena aqueles que em outro momento estavam fora da disputa e revelar o potencial de assumir outro rumo diante a realidade.

Ainda que se trate de um processo “pedregoso” em que avanços e recuos são constantes as práticas coletivas dos homens e mulheres organizados em torno de uma pauta comum, revelam o quão a luta tem de importante para a construção de novas perspectivas e mudanças de objetivos individuais e coletivos. É, portanto, a luta presente no interior dos movimentos sociais a responsável por fazer àqueles envolvidos pela sua energia criarem novos modos de organizar-se e de aprender fazendo o que já fazem.

O MTST e os atores de sua luta

O setor de formação política do MTST prevê ações direcionadas a diferentes grupos, podendo ser elas realizadas dentro da ocupação e com um público mais amplo ou restrito à

coordenadores de ocupação ou de “Gs”⁸, no entanto, não foi possível acompanhar nenhuma dessas atividades durante o trabalho de campo. Porém, não é apenas o setor de formação política e suas ações que contribuem para que os acampados se “formem”, a nossa trajetória e as entrevistas contribuíram para compreender essa questão.

Durante a pesquisa se apresentou a possibilidade de contribuir com uma oficina de escrita que serviria para a publicação do folheto que circularia no interior da ocupação e que tocasse em elementos relevantes para o cotidiano da ocupação.

Dentro do barracão— espaço central da ocupação—, nos juntamos para realizar a conversa sobre como melhorar e construir ferramentas que dessem conta de potencializar o papel da comunicação escrita dentro do movimento. Por meio de uma dinâmica de “telefone sem fio”, foi possível mostrar o quanto a falta de clareza da mensagem recebida pode confundir a troca de informações entre as pessoas e impactar na sua reprodução, todos que faziam parte do círculo se divertiram e refletiram como isso impacta suas vidas não somente dentro da ocupação, mas também no dia-dia.

No momento posterior fizemos um pequeno exercício de interpretação de texto com a leitura da canção “Domingo no Parque”. A intenção primeira era explorar aspectos restritos a construção do texto e de como formas diferentes de exposição das ideias contidas nos versos revelaria a importância do que expor como notícia num texto a ser produzido coletivamente no fim da atividade. Todavia, a discussão extrapolou os marcos e explorou questões como a violência doméstica contra a mulher. A situação que num primeiro momento pareceu ser estranha a mim que conduzia a atividade se mostrou diferente e relevante conforme todos os presentes iam compartilhando suas impressões e ouvindo os outros, e foi perceptível que a proposta que estava em segundo plano quando pensada a dinâmica do “telefone sem fio” se revelou mais profunda quando a problematização ganhou maiores contornos daquilo que principalmente as mulheres presentes entendiam como relevante (Caderno de campo, 11 de fevereiro de 2016).

Observar o potencial que possui o diálogo sobre suas experiências entre os sem-teto evidencia que a participação coletiva abre espaço para a exposição de ideias e percepções diversas, isso pode ser verificado tanto nas assembleias, atos ou mutirões para resolver algum problema no interior da ocupação. Este movimento de apreensão de impressões e visões de companheiros de luta certamente vai de encontro àquilo que podemos encontrar em Freire (2011) como uma “captação reflexiva” da realidade, ligando os “dados objetivos” desta a uma gama de outros dados da realidade. Opera-se, em nossa análise um desvelamento e exposição

⁸“Gs” são os grupos em que se dividem as barracas dos acampados e que servem como referência para a organização em menor escala e que melhora a localização das famílias acampadas. Cada G tem uma cozinha o que facilita na centralização das informações das partes do terreno ocupado.

de verdades antes contidas apenas individuo para o coletivo, ampliando as possibilidades de construção de outra consciência.

O MTST oferta algumas atividades ou cursos para potencializar e formar as lideranças das ocupações, isso se faz para entender que os problemas da moradia são ainda mais profundos do que não ter um teto para morar, apesar de ter sido esse o alvo inicial da nossa curiosidade que nos levou a pesquisar o movimento, foi nas questões cotidianas que conseguimos perceber muitos elementos formativos para todos que fazem parte da ocupação e de certa forma foi possível encontrar aspectos daquilo exposto tanto por Lave (2015) como por Brandão (2017), e esse elemento da convivência, carregado muitas vezes de desafios é de extrema relevância na formação dos sem-teto, e, se trata na verdade da cultura como ferramenta para transformação de si e do mundo ao redor, um dos membros do setor de formação nos disse:

A gente brinca, coloca assim, que a nossa formação mesmo é na prática e é verdade, porque é um movimento social e uma organização política. Onde que eles vão aprender política no chão de terra batida? Na prática, nos problemas que eles vão viver né, nas contradições que a própria negociação coloca. Negociação, digo: a interface com o poder público, às vezes aponta uma saída: “Ah tem um edital que a gente pode conseguir a terra” aí você vai lá é tanta burocracia que inviabiliza você participar do edital. O reconhecimento de contradições reais que vão aparecendo no processo de luta, a gente usa como ganchos pra essa formação. A gente brinca então que a nossa formação se dá no espaço prático, de atuação prática do movimento, o que o setor de formação faz é tentar sistematizar isso, a partir dessa experiência que tivemos aqui, nessa luta que é a Dandara (Felipe, militante do setor estadual de formação política do MTST).

Ao longo do desenvolvimento de pesquisa tivemos aproximação com diversos integrantes do MTST. Por meio do material coletado nas entrevistas aplicadas junto aos sujeitos do processo formativo do movimento, isso proporcionou nos aproximarmos das histórias de vida destes homens e mulheres que compõem a coletividade.

Uma de nossas entrevistadas, Bruna, coordenadora de grupo “G”, quando questionada sobre como enxergava o MTST antes de sua inserção no movimento e o que passar a fazer parte do coletivo representou em sua trajetória de vida, nos relata com extrema sinceridade que:

Eu nunca tinha parado pra ver o movimento, mas aquela parte da Copa do Povo tudo, eu credenciava tudo por televisão né. Eu tinha medo. Achava violento também era muito religiosa, eu era da igreja então, todos os dias eu tava (sic) na igreja. Então eu olhava aquilo como terror né, com pânico, mas sabia que eles tavam (sic) lutando por uma causa justa que seria certo realmente ir pras ruas. Começou na Copa que explodiu realmente o movimento social principalmente o MTST, dali eu já comecei a acompanhar. Quando eu cheguei e vi que realmente era o movimento eu preferi ficar quieta,

porque até então eu ainda tava (sic) naquela minha questão religiosa ainda, não sabia se era certo ou se era errado, o que eles estavam lutando, eu queria conhecer, e aí apoiando os coordenadores ajudando na cozinha fui conhecendo um pouquinho de cada vez (Bruna, uma das coordenadoras de Grupo da ocupação Dandara).

É possível enxergar na fala de Bruna que a inserção no MTST trouxe uma percepção diferente da luta coletiva. Isso porque, se antes de sua inserção no movimento a leitura em relação às lutas era difundida pela mídia, a partir de sua participação no dia a dia do movimento muda significativamente sua percepção da luta por moradia e pela mudança da sua condição de vida. Encontramos um aqui um aspecto muito caro ao pensamento de Paulo Freire e a educação popular a possibilidade de ler o mundo, ler além da palavra, ler a realidade (Freire, 2001).

Pensando o processo educativo-político com o qual os sujeitos têm contato dentro do MTST, o acampado Francisco destaca o que apresentamos em parágrafos anteriores, baseados no trabalho de Caldart (2000), que só a luta tem a capacidade de educar e promover uma nova coletividade e fazer emergir um novo homem. A resposta sobre o que aprendera no movimento foi certa:

Olha [pausa]... Eu aprendi que a gente, a gente cada cidadão pode criar o poder popular, porque por incrível que pareça, quase chegando 50 anos eu não sabia que a gente podia criar o nosso próprio poder popular ah, e o MTST ensinou muito para nós do que é o poder popular que cada um tem dentro de si, essa autoridade, sua própria autoridade, e pode construir... bons e lucrativos, juntos na... (sic) juntando uma união dá pra... bastante (Francisco, um dos coordenadores de Grupo da ocupação Dandara).

Elvis, também coordenador de grupo da ocupação Dandara, completa a ideia iniciada por Bruna dizendo que:

Você ter... É você conhecer muitas histórias, pelo menos aqui, vários acampados têm várias histórias pra contar, às vezes quem tá de fora fica [pausa]... acaba falando mal, a gente ouve várias histórias do pessoal, é muita luta, e do pessoal que tá batalhando mesmo que precisa né, que me ajudou nesse meio que eu aprendi mais, foi questão, dessa união que você tá, da coletividade. Exatamente do coletivo. E nossa é tanta coisa assim que você vai aprendendo a trabalhar com o povo né, e você vê que a coisa assim é um pouco diferente né dessa coisa. Dessa visão de quem tá mais de fora, infelizmente ainda existe muito do pessoal que não se interessa pela política e a gente tem o trabalho aqui de tentar politizar os ocupados mais é um pouco difícil isso daí (Elvis, um dos coordenadores de grupo na Ocupação Dandara).

A participação dentro de um coletivo é capaz de fazer com que o sujeito tenha protagonismo na formação de todos os outros que estão no entorno e na luta social. Ou seja, no contexto da sua formação como militantes do MTST, também participam da formação dos

outros membros da coletividade, nesse sentido, podemos encontrar mais um eco das ideias de Freire (2001) que defende “que ensinar e aprender se vão dando de tal maneira que quem ensina aprende, de um lado, porque reconhece um conhecimento antes aprendido e, de outro, porque, observado a maneira como a curiosidade do aluno aprendiz trabalha para apreender o ensinando-se, sem o que não o aprende, o ensinante se ajuda a descobrir incertezas, acertos, equívocos”, Felipe corrobora essa percepção quando nos diz:

Porque também tem isso, o setor de formação do MTST centra fogo mais na formação de uma militância intermediária, os coordenadores de grupo se tornam coordenadores nos setores, os coordenadores de grupo de terreno, a gente aplica esse curso formativo neles pra que quando a gente saia do terreno eles possam ser aproveitados dentro dos setores do movimento e eles serão convidados a compor, né? Por exemplo: ela tem perfil pra ser do setor de organização, ele tem perfil pra ser do setor de negociação, conforme o caso de cada um. O esforço formativo do movimento está mais nesse nível da coordenação de acampamento pra coordenação do movimento, coordenação dos setores (Felipe, militante do setor estadual de formação política do MTST).

A criação de novos sujeitos que são os militantes do MTST está relacionada à mudança de sua percepção como ser humano, ou seja, a emancipação e formação como novos homens e mulheres que os levam ao enfrentamento político os direitos negados e exigem uma radical transformação da urbe para a construção de uma nova realidade e do poder popular (MTST, s/d), nessa esteira Bruna afirma:

Quando eu cheguei e vi que realmente era o movimento eu preferi ficar quieta, por que até então eu ainda tava naquela minha questão religiosa ainda não sabia se era certo ou se era errado o que eles estavam lutando, eu queria conhecer, e aí apoiando os coordenadores ajudando na cozinha fui conhecendo um pouquinho de cada vez, até me tornar coordenadora e começar a frequentar os encontros e a formação, que a formação que mudou todos os pensamentos (Bruna, coordenadora de Grupo da ocupação Dandara).

Bruna relata como o movimento a ajudou a enxergar as contradições que antes estavam “encobertas” na sua visão cotidiana

Então a gente tá vendo aí corrupção, e tudo isso que hoje eu tenho entendimento tanto dessa parte histórica que vai acontecer daqui pra frente, eu já me preocupo como que eu vou conseguir explicar pra minha filha. Como que os professores conseguirão lidar com isso, isso já vem me preocupando e eu já vou de acordo com o movimento aprendendo cada dia mais, então é uma integração, os dois andam juntos tanto o lado histórico quanto o movimento. O movimento além de tá fazendo história, ele tá dando oportunidade pra que a gente entenda o que tá acontecendo, pra que a gente tenha realmente essa formação né, essa formação política. O que realmente aconteceu com a Dilma? É conhecer os nossos direitos, conhecer a constituinte, como será o governo

Temer, tudo isso tá englobando, não só eles dois mais também quando se trata de política em geral (Idem).

Percebe-se por fim, o quão significativo é se colocar como sujeito e responder os desafios encontrados no dia-dia de uma ocupação ou ao longo de uma passeata é seguir o que Freire indica como “o sentido mais exato da alfabetização: aprender a escrever a sua vida, como autor e como testemunha de sua história, isto é, biografar-se, existenciar-se, historicizar-se” (Freire, p. 8, 2013).

Considerações finais

Os resultados apresentados no presente texto apontam para o potencial de transformação da visão de mundo de homens e mulheres que adentram um movimento social de reivindicação pela moradia e que posteriormente passam a identificar que o trabalho coletivo, a luta por mudanças na constituição da cidade e o estabelecimento de novas relações têm papel importante nesse processo de nas práticas entendidas como “processos culturais, coletivos, pessoais, situados e historicamente constituídos” (Lave, p. 39, 2015). Para além do que foi apresentado aqui, outras questões referentes a educação popular e sua relação com a transformação e emancipação por meio das ações do MTST farão parte de nossos estudos e reflexões, buscando aprimorar e continuar questionando o quanto as mulheres e homens engajados na luta social podem revelar elementos para que possamos buscar entender muito mais “o como” as pessoas aprendem (Lave, 2015).

Referencias Bibliográficas

ARROYO, Miguel G. Pedagogias em Movimento– o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? In: Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp. 28-49, jan/jun 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A educação como cultura. Memórias dos anos sessenta, Horizontes Antropológicos [Online], 49 | 2017, posto online no dia 09 outubro 2017, consultado o 19 fevereiro 2020. URL: <http://journals.openedition.org/horizontes/1811>

CALDART, Roseli S. Pedagogia do Movimento Sem Terra. Petrópolis, Vozes, 2000.

CARRILLO, A. T. A. Educação Popular como prática política e pedagógica emancipadora. In: D. R. STREK; M. T. ESTEBAN (Orgs.). Educação Popular: lugar de construção social e coletiva. Petrópolis/RJ, Vozes, p. 15-32. 2013.

CARTILHA do militante. Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. São Paulo, s/d
Disponível em: <http://www.mtst.info/files/mtst/CartilhadomilitanteMTST.pdf>. Data de acesso:
20 abr. 2019.

FREIRE, Paulo. Carta de Paulo Freire aos professores – Ensinar, aprender: leitura do mundo,
leitura da palavra. Estudos Avançados, 15, 42, p. 259-268, 2001. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n42/v15n42a13.pdf>

_____. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

_____. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2011.

SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. São Paulo, Hucitec, 1993.

GADOTTI, Moacir. Educação e Poder. São Paulo, Vozes, 2008.

GOHN, Maria G. Educação não formal e cultura política, São Paulo, Cortez, 2011.

_____. 500 Anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro
setor. In: Revista Mediações. Londrina, p. 11-40 v.5, jan/jun 2000.

_____. Movimentos sociais e educação, São Paulo, Cortez, 2012.

_____. Educação popular e movimentos sociais. In: Educação popular: lugar de
construção coletiva. Petrópolis, Editora Vozes, 2013.

GOULART, Débora C. O Anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto-
MTST. 276 f. Tese (Doutorado)– Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual
Paulista, Marília, 2011.

GUERREIRO, Isadora de Andrade. Habitação à contrapelo: as estratégias de produção do
urbano dos movimentos populares durante o Estado Democrático Popular. 504 f. Tese
(Doutorado)— Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São
Paulo, 2019.

KOHARA, Luiz T. e SILVA, Marcos J. P. Processos de formação e aprendizagens
promovidos pelo Programa Urbano nos movimentos de moradia em São Paulo. In: Revista e-
Curriculum, São Paulo, v.14, n.02, p. 519 – 544 abr./jun.2016.

KOWARICK, Lúcio. Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da
literatura. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, n. 3, 1987.

LARROSA, Jorge B. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. In: Leituras SME.
São Paulo, Julho 2001.

LAVE, Jean. Educação como/na prática. Horizontes antropológicos, vol.21 n.44 Porto Alegre
jul./dez. 2015.

MALINOWSKI, Bronislaw K. Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. São Paulo, Abril Cultural, 1984.

MILLS, C. Wright. A Imaginação Sociológica. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

SANTOS, Paulo H. A. e GOULART, Débora C. Formação no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto: uma análise de seu projeto político. In: *Lutas Sociais*. v.20, n.37, dez. 2016.

SOUZA, Davisson C. Lutas sociais e tradições de luta no Brasil nos anos 2000. In: Revista Lutas Sociais, São Paulo, n.25/26, 2011.